

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governos

Uma primeira saudação à senhora Presidente da Assembleia e na sua pessoa cumprimentar também as Senhoras e Senhores Deputados.

É hoje sobejamente reconhecido que o resultado global da economia e do desenvolvimento social depende da interligação e complementaridade entre os sectores público, privado, o económico e o social.

Da capacidade de cooperação entre eles e do comportamento da administração depende o desenvolvimento da região, a criação de riqueza que deve ser equitativamente distribuída visando a qualidade de vida das populações.

Uma administração pública vigente e eficaz que esteja ao serviço das pessoas exige novas formas de gestão e de mobilização dos funcionários, mais objetividade, mais equitativa, melhor serviço, menos burocracia, mais inovação, criatividade e celeridade prática.

A época atual, caracterizada por desequilíbrios e contínuas transformações económicas, sociais, culturais e tecnológicas, obriga a administração pública a canalizar as suas energias para um esforço constante de adaptação ao meio envolvente.

Numa palavra: o que se pretende é uma administração pública ao serviço do cidadão, amiga da economia e sobretudo uma parceira social capaz de dar as respostas certas a cada açoriano.

O documento ora em discussão, apresentado pelo recém-empossado Governo do Partido Socialista, é manifestamente pouco para um sector que nos Açores emprega cada vez mais pessoas, sem alternativa. Nem elas a têm, nem o Governo as cria. Próprio e característico, de economias saudáveis! Segundo o Partido Socialista.

A ambição do partido socialista para uma administração pública de futuro cabe toda em página e meia do programa de Governo para os próximos quatro anos.

Descaso e falta de alternativas de refrescamento eficazes, para um Setor que é visto pelo PS, como uma bolsa de garantia para colocações, maquilhagem dos números do desemprego nesta região, em que se inserem os Programas Ocupacionais, conferindo-lhe, cada vez mais, uma dimensão que muitas vezes compete e interfere com o setor privado.

Estar numa região em que o Governo se regozija com o aumento sucessivo da Administração Pública, como foi hoje aqui anunciado, é atestar a incompetência de criação de alternativas sustentáveis de emprego.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores Membros do Governos

Para um grande projeto modernizador é necessário a liderança de um governo com vontade e disposto a mexer nas feridas do setor público regional.

A administração pública deve ser comedida nos gastos e centrada na prestação de serviços aos cidadãos, de acordo com elevados níveis de qualidade, perseguindo sempre um patamar de eficácia, produtividade e melhoria da competitividade e incentivos à economia regional em paralelo.

Por isso é fundamental:

- * Estabelecer prioridades
- * Pagar o que se deve;

* Não gastar mais além do que se prevê

A bem da confiança da Administração Pública Regional é essencial que se definam e que se enumerem o que são cargos de confiança política e cargos administrativos de cariz eminentemente técnico, sujeitos a concursos públicos criteriosos.

Recrutamento e progressão na carreira para quem ocupa cargos administrativos devem assentar em critérios objetivos de qualificação e de mérito.

Só uma Administração Pública cada vez mais profissional e afastada dos interesses partidários garantirá um quadro estável de progresso e de combate ao clientelismo e patrocínio.

Também os cargos de nomeação e confiança política devem estar sujeitos a rigor técnico e seletivo.

É também esta separação de águas que permitirá restabelecer a confiança e aumentar a eficiência da Administração Pública regional.

O PSD/A não vem aqui apenas dizer o que não acha bem.

O PSD/A tem uma visão muito concreta e objetiva sobre uma Administração Pública de futuro.

Refiro apenas algumas:

- Abrir a governação aos cidadãos, oferecendo-lhes uma informação personalizada, coerente e integrada das suas relações com os serviços da Administração Pública.

- Garantir uma total transparência nos procedimentos de contratação, tornando públicas todas as contratações de pessoal e todos os contratos de prestação de serviços.

- Tornar público todos os indicadores que permitem avaliar a eficácia das políticas e a eficiência da utilização dos recursos e o resultado da respetiva aplicação.

- Tornar público, de forma rápida, exata e acessível, todos os orçamentos, planos, contratos-programa e contratos de gestão das entidades públicas, incluindo o setor público empresarial regional, promovendo a transparência dos gastos públicos.

Não sendo adequado sujeitar as organizações públicas à lei do mercado, mas tornando-se importante avaliar a sua performance, só se torna possível através da construção de indicadores que permitam medir a sua eficiência, eficácia e qualidade.

Esta administração, a que nós defendemos, pensa estrategicamente mas age democraticamente, valoriza a cidadania e o serviço público acima da capacidade empreendedora e pretende servir, não apenas clientela mas os cidadãos, a quem presta contas e com quem dialoga.

Sem uma Administração Pública direcionada para os primordiais interesses das pessoas, deixamos de ter a pedra basilar da condução dos direitos, liberdades e garantias, tornando amorfo, qualquer Estado, ou particular Região, que se quer capaz de suprir qualquer necessidade do elemento mais importante de todos e pelo qual, nós próprios aqui estamos. Os Açorianos.

Da nossa parte, da parte do PSD Açores, podem contar e ter a certeza absoluta, que além de todas as propostas que apresentaremos oportunamente para a revitalização deste setor, seremos combativos, escrutinadores e fiscalizadores de todo e qualquer favorecimento e falta de rigor, na Administração Pública Regional e no Governo Regional, denunciando toda e qualquer forma de compadrio, nepotismo ou atropelo de critério de colocações, característica desta Administração e de quem Governa os Açores há 20 anos.

Não devem ser nomeados ou favorecidos, em qualquer termo, candidatos a cargos, cujas competências, jamais seriam selecionadas em qualquer concurso público sério e com regras cumpridas.

Disse.